

Nº 08 - Agosto de 2022
versão para celular

J | P O D



*A servidora
federal Sânia
Barcelos Reis fala
sobre conquistas
e consciência
de classe*

Foto: Reprodução/Rede Sociais

DEMOCRACIA E DESIGUALDADE

O ABISMO ENTRE A COMPOSIÇÃO
SOCIAL BRASILEIRA E SUA REPRESENTAÇÃO
NOS ESPAÇOS DE PODER

 ***Eu queria viver num ambiente menos desigual, menos preconceituoso, sem todo esse horror que a gente está vivendo agora. O coletivo impacta muito na saúde mental da gente. Essas coisas me afetam muito ;***

Trecho da entrevista com a servidora pública federal Sânia Barcelos Reis, publicada nas páginas 07 a 19 desta edição

nesta edição

4

PAPO RETO

7

Perfil de Sânia Barcelos Reis, trabalhadora da Ceasa e dirigente do Sindsep-MG

20

A sub-representatividade de jovens, mulheres e negros nas candidaturas para as eleições deste ano

29

“Justiça para poucos”
Artigo de Cleyson Francisco

36

O novo álbum do
rapper indígena Owerá

quem somos

O Juventude Pode é uma publicação do Comitê de Jovens da ISP-Brasil, financiada pelo projeto FORSA.

**Coordenação: Geici Brig e Sânia Barcelos.
Reportagem, edição e diagramação: Guaxi Studios.
Jornalista responsável: João Paulo Soares**



PAPO RETO

LUTA SOCIAL E REPRESENTAÇÃO

O mês de agosto marcou o início pra valer da corrida presidencial deste ano, com a liberação das campanhas e a intensificação do debate sobre o Brasil que queremos a partir de 2023.

No dia 11, forças de vários segmentos sociais, políticos e econômicos vieram a público para reafirmar a defesa da Democracia e o respeito à vontade popular que será expressa nas urnas em outubro.

O movimento ajudou a pôr freio nas

ameaças golpistas do atual presidente, mas diversos observadores têm dito que é preciso permanecer alerta, prevendo um cenário pós-eleitoral de tumultos e violência em caso de derrota de Bolsonaro.

Garantir o respeito ao processo democrático é essencial, mas é só primeiro passo. O Brasil ainda tem muito a evoluir quando o assunto é a representatividade de fato nos espaços de poder.

Uma análise das quase 29 mil candidaturas registradas no TSE este ano mostra o tamanho da desproporção entre a composição do eleitorado brasileiro e o perfil dos nomes que estarão postos nas urnas em outubro.

Para falar sobre isso o **JPOD** ouviu o cientista político José Paulo Martins Jr., da Universidade Federal Fluminense. “Existe uma distância muito grande entre o que é o parlamento e o que é a sociedade – em termos de renda, em termos de classe etc.”, diz ele. “Mas é importante que a

gente busque se aproximar”.

A mesma distância é observada na composição do Judiciário, segundo artigo de Cleyson Francisco publicado também nessa edição. Depois de analisar a indiferença com que a justiça brasileira trata as questões sociais, ele lança a questão: “O Judiciário é cúmplice ou autor das desigualdades?”.

Nestas circunstâncias, somente a força da luta coletiva é capaz de assegurar direitos e melhorar a vida da classe trabalhadora. É o que pensa a servidora pública federal Sânia Barcelos Reis, dirigente sindical cuja entrevista você lê nas páginas seguintes.

Como você já deve ter percebido, a partir de agora o **JPOD** passa a circular em versão exclusiva para celulares, eliminando a necessidade de expandir a tela para ler os conteúdos.

Boa leitura



Foto: Reprodução/Rede Sociais

'Sou da classe trabalhadora'

[SERVIDORA DA CEASA DE MG
COMEMORA CONQUISTAS SEM
ESQUECER AS ORIGENS E A
IMPORTÂNCIA DA LUTA SOCIAL]

A primeira vez que a servidora pública federal Sânia Barcelos Reis pintou o rosto de verde-amarelo para protestar contra um presidente da República foi muito antes da foto que abre esta matéria – mais precisamente aos 4 anos de idade, nas manifestações que pediam o impeachment de Fernando Collor de Mello, em 1992. “Eu tinha uma blusinha amarela e sabia que quando vestia ela ia pra rua fazer farra. Eu achava aquilo o máximo”, lembra.

Além da diversão – acompanhando esta e outras lutas do pai petroleiro e da mãe professora –, a iniciação precoce sedimentou em Sânia um valor que ela considera fundamental: a consciência de pertencer à classe trabalhadora.

Os pais são naturais de Minas Gerais e ainda jovens migraram para a Bahia em busca de trabalho. Antônio, o pai, passou num concurso para o polo petroquímico de Camaçari, onde nasceria Sânia.

A mãe, Dalva, também por concurso, foi trabalhar na rede de ensino local.

Com os dois empregos públicos, a vida melhorou um pouco, mas os pais de Sônia, segundo ela conta, jamais esqueceram a origem ou abandonaram o compromisso com as lutas coletivas.

“Eles sempre me mantiveram muito consciente. Meu avô por parte de pai foi metalúrgico na região de João Monlevade (MG), e também enfrentou algumas questões na ditadura. Então cresci nes-

se ambiente e foi muito favorável para ganhar consciência”, relata a filha, que hoje trabalha na Ceasa de Contagem e é dirigente do Sindsep-MG – a sessão mineira do Sindicato dos



Servidores Públicos Federais.

Música e estudos

Além da consciência social e política, Sânia herdou da família o talento para a música. Seu pai toca violão e cantou no coral da Petrobras. O avô, além do violão, tocava acordeon e cavaquinho. E na família da mãe havia um maestro. A iniciação de Sânia foi aos 8 anos.

“Tinha um pianinho de brinquedo e meu pai começou a ver que eu estava catando umas notinhas do Chiclete com Banana. Sou baiana, né? Sempre gostei muito de axé music, de música baiana”, conta. Àquela altura, porém, a Bahia tinha ficado para trás. O pai conseguiu uma transferência para a Refinaria Gabriel Passos (REGAP), de Betim, e a família voltou a morar em Minas.

Sânia começou a frequentar aulas de teclado e, aos 9 anos, fez seu primeiro recital. Aos 11, tocou em um casamento.



Aos 12, aprendeu violão. Tempos depois, ela viveria um breve período como musicista profissional, tocando e cantando na noite. Mas não agora. Agora o que ela queria mesmo era estudar e se especializar em alguma área.

Independência

Assim, aos 15 anos Sânia bateu asas e desembarcou na cidade de Florestal, a

35 quilômetros de Betim, para dar início ao curso técnico em Agropecuária. Lá, alugou “um quartinho com banheiro” e morou sozinha até os 18.

“Embora com toda a precariedade, foi uma das melhores fases da minha vida. Entre os alunos, a gente formava uma família. Foi um momento de muito crescimento profissional e pessoal. Fazer o curso técnico com ensino médio me abriu os horizontes e rendeu depois um bom emprego”, lembra.

Na volta a Betim, depois de formada no ensino técnico, Sânia foi fazer faculdade de Direito. Enquanto o “bom emprego” não vinha, descobriu que podia ganhar uns trocados com a música.

Foram 2 ou 3 anos se apresentando em bares de Betim, Contagem e até Belo Horizonte. No repertório, um pouco de rock internacional e muita MPB.

Não se arriscou a compor, mas publi-

cou poesias num blog pessoal chamado “Primeiro de Julho”, que manteve de 2009 a 2011.

O título do blog faz uma dupla referência à música “1º de Julho”, que Renato Russo compôs para Cássia Eller (Eu vejo que aprendi/O quanto te ensinei...) e à data em que ela começou a trabalhar na Ceasa. “Me identificava muito com a música, e começar na Ceasa significou a minha independência”.

A partir daí o tempo ficou curto. Estudava de manhã e à noite em Betim, trabalhava à tarde em Contagem, três conduções pra ir, três pra voltar, mais plantões de fins de semana e feriados.

A vida nos palcos era boa, mas Sânia tinha que seguir em frente.

Liderança

Em seu primeiro emprego com remuneração regular, ela logo tomaria a frente na luta por melhores condições de traba-

lho. Isso também estava no sangue.

“Fui líder de turma desde cedo”, conta. “Na escola agrícola, era vice-presidenta do grêmio e fui representante dos alunos no colegiado, sempre muito atenta às questões de reivindicações, de direitos, de política”.

Quando Sânia entrou na Ceasa, em 2008, os trabalhadores da companhia

não tinham representação sindical. Quem intermediava os acordos coletivos era a Federação do Comércio. Ape-



Foto: Reprodução/Rede Sociais

nas em 2013 foi que o Sindsep-MG entrou em campo.

“Na primeira vinda deles, eu já me filiei”, orgulha-se. “Antes disso eu fazia uns motins na empresa, era sempre a mais envolvida, tinha essa questão da li-

derança. Com o sindicato, passei a atuar de forma mais contundente nas negociações do acordo coletivo, nas paralisações, manifestações e tal”.

Com atuação destacada, em 2019 tornou-se diretora de Formação Sindical. Hoje está na Secretaria Jurídica.

O desempenho de Sânia nas lutas trabalhistas também chamou a atenção do outro lado, e começaram as perseguições.

“Depois do golpe de 2016, não tive mais sossego aqui”. Entre outros ataques, ela sofreu processo administrativo, perdeu a liberação do trabalho e foi ameaçada de transferência para uma cidade a 600 quilômetros de Contagem.

Sucateamento

A perseguição sindical é apenas uma face das investidas do governo Bolsonaro contra todo o funcionalismo público federal. No caso da Ceasa, isso se reflete nas tentativas constantes de privatização



Sânia e trabalhadores da Ceasa durante manifestação contra privatização da companhia pelo governo Bolsonaro

e na piora das condições de trabalho.

“A gente não consegue diálogo com o governo. Eles querem tirar nossos direitos. Nós temos uma cláusula no acordo coletivo que garante o processo administrativo em caso de demissão e eles querem tirar isso. Nós não aceitamos e as negociações não avançam. Estamos sem reajuste de salário há 6 anos e sem nenhuma melhoria”, relata Sânia.

O sucateamento da companhia chegou ao ponto de os funcionários que fazem a fiscalização do comércio de hortifrutis, como é o caso de Sânia, não terem mais coletes de identificação.

“A gente não tem uniforme pra trabalhar. O último uniforme que a gente teve foi no governo Dilma. Além disso, vários direitos foram cortados, até a água!”, denuncia. Antes, afirma a dirigente, todos os setores tinham seu galão de água. Agora, há um único bebedouro central para um prédio onde trabalham cerca de 100 pessoas.

“Todos sofrem muito com Bolsonaro, mas o servidor federal sofre em dobro”, constata. “Nós somos os primeiros, né? Estamos ligados diretamente a ele. Não tem jeito. Tá todo mundo na berlinda”.

Sonhos

Como a maioria do povo brasileiro, Sônia sonha com um mundo sem Bolsonaro, e não só em relação às questões de trabalho e da militância sindical, mas para que o país volte a ter justiça social, distribuição de renda, emprego e menos intolerância.

“Eu queria viver num ambiente menos desigual, menos preconceituoso, sem todo esse horror que a gente está vivendo agora”, diz ela, citando o aumento exponencial da fome e da miséria em cada esquina. “O coletivo impacta muito na saúde mental da gente”.

No plano pessoal, Sânia retomou apresentações musicais esporádicas, agora com a irmã Amanda, que também canta e toca, formando a dupla “Meninas de Reis.

Seu principal objetivo é continuar es-

Foto: Roberto Parizotti



Mulheres em situação e rua na cidade de São Paulo: aumento da fome e da miséria impacta em toda a sociedade

tudando, pois, segundo afirma, nada supera sua paixão pelo acúmulo de conhecimento. Atualmente, cursa mestrado na linha de Trabalho e Educação na UFMG



Foto: Reprodução/Rede Sociais

(Universidade Federal de Minas Gerais). Pretende, um dia, se tornar pesquisadora e professora universitária.

Tal como os pais, Sânia não dissocia o crescimento pessoal das condições que permitiram a alguém como ela, da classe trabalhadora, alcançar determinadas posições.

“Estudei num colégio federal. Tive várias oportunidades na escola. Depois passei num concurso público, que me deu oportunidade de financiar um imóvel nos parâmetros do Minha Casa Minha Vida. Isso tudo é política pública”.



Plenário da Câmara durante sessão do Congresso em 2014. Em termos de representatividade, poucas mudanças de lá para cá

ELEIÇÕES

onde está a JUVENTUDE?

[DE TODAS AS CANDIDATURAS
REGISTRADAS NO TSE PARA
AS ELEIÇÕES DESTE ANO, APENAS
4,5% TÊM ENTRE 18 E 29 ANOS]

Desde o dia 16 de agosto, quando foi dada a largada oficial das campanhas, um batalhão de quase 29 mil candidatos e candidatas está nas ruas e nas redes disputando a preferência dos 156 milhões de brasileiros aptos a votar.

Uma análise do perfil das candidaturas registradas, a partir de tabelas disponíveis no site do TSE, expõe mais uma vez a grande desigualdade que permeia vários aspectos da vida nacional.

A mais expressiva, nesse caso, é o reduzidíssimo número de candidaturas jovens no pleito deste ano. Dos 28.869 candidatos e candidatas, apenas 1.297 têm entre 18 e 29 anos, ou 4,5% do total. Detalhe: essa faixa etária concentra 23% do eleitorado, o que dá bem a medida do tamanho da sub-representação. Ao mesmo tempo, 61% das candidaturas têm entre 40 e 60 anos, quase o dobro da porcentagem de eleitores nessa faixa (35%).

“Quem é jovem e quer entrar na política pela via da representação, é bem difícil”, observa o cientista político José Paulo Martins Jr., da UFF, a Universidade Federal Fluminense. A criminalização da política, diz ele, acaba levando a um desestímulo generalizado, e os próprios partidos têm dificuldade em mobilizar a juventude.

Em entrevista do **JPOD**, Martins analisou este e outros dados relativos à baixa representatividade na política, incluindo mulheres e negros.

“Existe uma distância muito grande entre o que é o parlamento e o que é a sociedade – em termos de renda, em termos de classe –, mas é importante que a gente busque se aproximar, especialmente no que diz respeito às mulheres”, afirma. Leia abaixo os principais trechos da entrevista, que também pode ser ouvida no podcast [*JuventudePod*](#).



José Paulo Martins Jr.
cientista político da UFF:
*“A gente tem um Parlamento
totalmente enviesado,
que de fato não representa
a população brasileira”*

JPOD: A que o senhor atribui a baixa representação da juventude entre as candidaturas?

José Paulo – A nossa vida inteira a gente aprende que política não é uma coisa que se discute, que política é coisa de bandido, de ladrão. Há todo um desestímulo à participação política da população como um todo, e com os jovens não é muito diferente. Eu, como professor num curso de graduação de Ciência Política, tive a experiência que esses jovens trazem pra gente, que quando eles chegam na família, nos amigos, e comentam que vão estudar

Ciência Política, as pessoas perguntam: 'vai estudar pra ser ladrão?'. Então há um peso negativo sobre a política, muito grande, no Brasil. Na eleição do último presidente, [Bolsonaro era apresentado como] um candidato antissistema, bem entre aspas, que seria de fora, um outsider, que não estava metido com o centrão nem com as velhas práticas da política. Tudo isso era apenas mais uma das muitas mentiras contadas pela campanha do [atual] presidente em 2018, mas isso é algo que reverbera muito bem na sociedade. [Além disso], não existe um estímulo à participação dos jovens. Mesmo os partidos políticos têm muita dificuldade de mobilizar a juventude. E além disso é difícil que os jovens cheguem, que consigam obter sua eleição. É muito mais fácil quando esse jovem vem de uma família política. Então a gente vê aí Clarissa Garotinho, os filhos do

Bolsonaro, Rodrigo Maia, o ACM Neto, Aécio Neves... Quem é jovem e quer entrar na política pela via da representação, é bem difícil.

O que fazer para a juventude participar mais da disputa política?

Primeiro, mostrar que política é algo importante, que faz parte do nosso cotidiano, do nosso dia a dia como cidadãos, com nossos direitos e deveres. Esse debate tem que ser continuamente colocado e as pessoas têm que saber que é no parlamento que as decisões são tomadas e que, portanto, é um espaço importante. As pessoas prestam muita atenção à eleição presidencial, mas a eleição para o Legislativo é tão importante quanto. E a gente tem um Parlamento totalmente enviesado, que de fato não representa a população brasileira.

De todas as candidaturas registradas no país, segundo dados do TSE, 33% são de mulheres e 49,5% são de pessoas negras (pretas+pardas). Como o senhor avalia esse quadro?

O Brasil é um país marcadamente colocado como tendo toda uma herança patriarcal e escravocrata. Foram mais de 300 anos de escravidão, uma sociedade muito marcada pelo machismo, pelo poder dos homens, num país que só muito tardiamente concedeu direito de voto aos analfabetos, às mulheres... Ainda existem muitas barreiras a serem superadas para o ingresso de mulheres e de preto, negros na disputa política. Esse percentual de 33% é um pouco acima daquele que a legislação obriga. O percentual de 49% de pessoas negras – pretas e pardas – acredito que tenha havido um crescimento, inclusive pelo fato de pessoas que antes se declaravam brancas e mais recentemente

Os partidos políticos têm muita dificuldade de mobilizar a juventude,

te passaram a se assumir como não-brancas, mas ainda assim é uma proporção aquém daquilo que a gente observa na população. Para além disso, o que a gente observa também é que esses são os números de candidatos. O número de mulheres e não-brancos eleitos ainda é bem abaixo desses percentuais.

O Brasil, na última legislatura, atingiu um recorde de 15% de mulheres eleitas, o que [ainda assim] nos torna um dos países mais desiguais do mundo no que diz respeito à representação política. Só mesmo países fundamentalistas, tipo Arábia Saudita, têm situação pior do que o Brasil. Na América Latina, vários países es-

tão em situação muito melhor: México, Argentina, Equador, Bolívia e Cuba têm representação feminina muito mais expressiva porque têm mecanismos institucionais, cotas, que vão garantir a representatividade política de mulheres. O Brasil tem muito o que avançar. Eu, pessoalmente, sou um defensor de cotas para mulheres eleitas. O ideal seria que a gente tivesse um parlamento com equilíbrio entre homens e mulheres.

Acho muito difícil que o parlamento seja de fato algo representativo da sociedade, existe uma distância muito grande entre o que é o parlamento e o que é a sociedade, em termos de renda, em termos de classe, mas é importante que a gente busque se aproximar, especialmente no que diz respeito às mulheres. Acho que essa talvez seja a dimensão mais importante que a gente deveria contemplar.



JUSTIÇA PARA POUCOS

CLEYSON FRANCISCO

[DISTANCIAMENTO SOCIAL DO
JUDICIÁRIO LEVANTA A QUESTÃO:
NOSSO SISTEMA É CÚMPlice OU
AUTOR DA DESIGUALDADE?]

Nas lições de Durkheim, o Direito é um mecanismo de controle social, ajustando a sociedade para o bem comum. Na complexa e gigante organização político-social chamada Estado, fundamentado em um território, povo e sua soberania, o direito é aplicado pelo Poder Judiciário, cujo dever está na garantia dos direitos individuais e coletivos da sociedade.

Contudo, a composição deste Poder – com P maiúsculo mesmo – não se identifica com a maior parte da sociedade ou se direciona para inatingível bem comum. Pior, no Brasil atual, alonga esse distanciamento social de forma estratosférica.

O Estado brasileiro é formado por uma diversidade étnica vista em seletos países. Isso decorre da sua formação caracterizada pela colonização europeia (brancos), dos negros (africanos) e dos indígenas (população nativa).

Corroborando com este cenário, dados

da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) trazem o seguinte: 42,7% dos brasileiros se declaram brancos; 46,8% pardos; 9,4% pretos; e 1,1% amarelos ou indígenas.

Ao mesmo tempo, relatório do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) publicado em 2018 mostra que o judiciário brasileiro é formado por 80% de brancos, 18% de negros e apenas 1% de indígenas.

O Estado com o maior percentual de negros no Judiciário é o Piauí: 45%. Na outra ponta estão Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, com 97%, 96% e 92% de brancos, respectivamente.

E a pergunta que remeto ao leitor desse texto é: por quê?

O distanciamento social não está apenas na sua formação. Isso pode até ser resultado da tragédia histórica que chamamos de escravidão. Um país que extinguiu sua corrente escravocrata, mas manteve as suas correntes e suas ferra-



*Foto oficial do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 2019:
retrato da desigualdade*

mentas de escravidão guardadas, impondo cenários sociais cada vez mais amargos, sangrentos e desumanos.

Desse crime humanitário, ninguém foi preso. Ninguém foi punido. Do contrário, as grandes casas, vivendo a revolução industrial e se adaptando à nova realidade social, transferiram seu poder para a máquina cada vez mais forte e presente na vida das pessoas, o Estado.

A restrição intelectual imposta, o poder econômico concentrado e a tomada do poder pela burguesia direcionaram o Estado Brasileiro para o cenário de desigual-

dade atual. O Estado Social, ainda capenga em sua execução, deveria encontrar no Poder Judiciário acolhimento incondicional às políticas públicas e sociais.

Ao contrário, o Judiciário brasileiro se distancia da sociedade não apenas em sua composição, mas em seus privilégios. O trabalhador comum, por exemplo, aquele que necessita da garantia do judiciário das ações sociais do Estado, e que cumpre a jornada de trabalho exaustiva do dia a dia, em sua grande maioria não recebe o mínimo necessário para sobreviver.

A renda média do trabalhador brasileiro é de R\$ 2.510,00; dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coletados em janeiro de 2022, segundo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), valor insuficiente para viver com dignidade em qualquer capital do País.

Enquanto isso, a Suprema Corte autorizou aumento de subsídio para seus

‘O judiciário se distancia da sociedade não só em sua composição, mas em seus privilégios,’

componentes em 18%, saindo de R\$ 39.293,32 para R\$ 46,3 mil; 18 vezes acima do trabalhador comum.

Não se trata apenas de valores em si, mas do cenário social em que vivem os componentes do Poder Judiciário. Esse distanciamento social e econômico não é recente e traduz decisões que protegem a casta social em detrimento do povo.

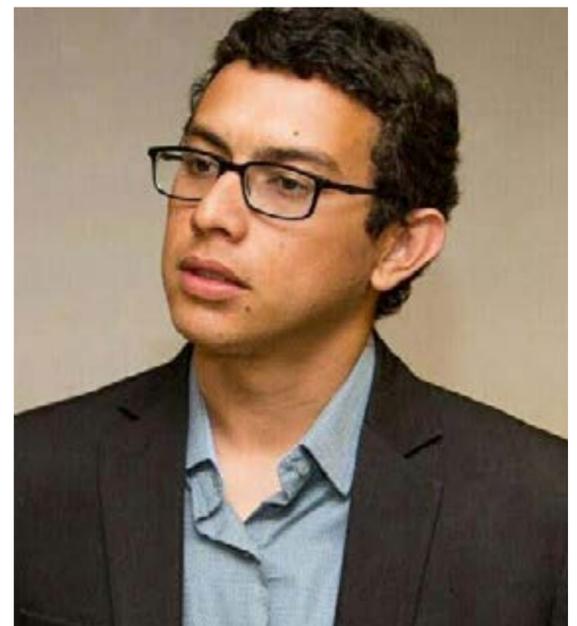
Enquanto a Suprema Corte não reconhece o direito constitucional à irredutibilidade remuneratória real recebido por trabalhadores públicos – em regra, trabalhador comum como aquele dito acima – permite adoção de medida que contempla pagamentos retroativos de até R\$ 67 milhões em “licenças-prêmio” de 60 dias acumula-

dos por juízes e desembargadores alagoanos – há muitas outras situações similares que não cabem nesse texto.

Na seara penal, o *labeling approach*, que traduz a teoria do etiquetamento social, é presente quando percebemos a impunidade dos crimes de colarinho branco e a perversidade social encontrada nas penitenciárias brasileiras, que, oposto à composição do Judiciário, é abarrotada principalmente de negros e pobres.

Claro que a conservação de um Estado de desigualdade não é culpa exclusiva do Judiciário brasileiro, mas enquanto este mantém seu distanciamento das necessidades sociais, aumentando privilégios para sua casta, o ideário de um Estado justo e igualitário se move para o inalcançável abismo.

Cleyson Francisco é diretor Jurídico no Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Alagoas, Técnico Judiciário no mesmo órgão, especialista em Direito Administrativo, Coord. de Comunicação na Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados e Membro do Comitê da Jovens da ISP



que vive na Aldeia Krukutu, Parelheiros, extremo sul da cidade de São Paulo, e é um dos nomes de destaque do chamado “rap nativo” brasileiro.

O álbum, terceiro na carreira do músico de 21 anos, foi lançado no dia 19 de agosto e [pode ser ouvido aqui](#).

Entre as nove faixas do disco, está a música “Prontos pra guerra”, cujos versos na parte cantada em português (Nosso canto é flecha certa/Nossa voz é à prova de bala) resumem a proposta central do artista.

“Nós falamos diretamente da nossa terra, do nosso território, com a nossa língua, que resiste há mais de 500 anos para se manter viva”, observa o rap no material distribuído pelos produtores.

“O Rap Nativo nasce desse espaço de luta, mas, também, de celebração da nossa cultura, rituais e da nossa tradição”.

As músicas, cantadas em português e

guarani,
misturam
ritmos indí-
genas com
batidas
eletrônicas
e sons da
natureza.

Owerá,
da etnia
Guarani
Mbyá, fi-



cou mundialmente conhecido na abertura da Copa do Mundo no Brasil, quando no meio do gramado, ainda menino, abriu uma faixa onde se lia “Demarcação Já”.

Antes de Mbaraceté, ele gravou os álbuns “Meu Sangue é Vermelho” e “Todo Dia é Dia de Índio”, além de alguns singles. Também produziu os trabalhos literários “Contos Konamins Guaranis” e “Kunumi Guarani”.

Letícia Chagas, presidenta do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, discursa no ato em defesa da Democracia e do Estado de Direito no Largo São Francisco, região central de São Paulo

